ELO ASSOCIATIVO

CPCCRD • PT

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO
Fundada em 31 de Maio de 1924

N.º 58
JULHO 2020

PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONDECORA A CONFEDERAÇÃO COMO MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM DO INFANTE D. HENRIQUE

pág. 2

CONFEDERAÇÃO ENCERRA PARA FÉRIAS ENTRE 3 E 21 AGOSTO

A Direcção informa que a Confederação vai estar encerrada entre os dias 3 e 21 Agosto. Aos Dirigentes Associativos Voluntários e respectivas famílias, desejamos
BOAS FÉRIAS

O Elo Associativo regressa em outubro

NESTE NÚMERO PODE LER

- **Conselho Nacional reuniu a 27 de junho** *pág. 11*
- **Comemorações do Dia Nacional das Coletividades** *pág. 16*

QUOTA DE 2020 A PAGAMENTO

AGRADECIMENTO AO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Antes de mais, queremos agradecer reconhecidamente a Vossa Excelência, Senhor Presidente, a distinção que, ora, é concedida ao Movimento Associativo Popular, certamente resultante de cuidada observação e conhecimento da história passada e recente da nossa atividade ao serviço da comunidade.

Representamos algumas dezenas de milhares de associações de cultura, recreio e desporto, constituídas por centenas de milhares de ativistas, de militantes e de dirigentes, de todo o país, do continente, das regiões autónomas e da diáspora.

Em nome de todos eles e de todos quantos nos precederam, desde a primeira metade do século XVIII, passando pelos que foram responsáveis pela nossa existência legal, enquanto órgão nacional, em 1924, até ao presente.

Importa relevar a saga heroica das sucessivas gerações de voluntários que, com enormes dificuldades, dulcificaram a existência de muitos homens e mulheres, carentes de tudo.

O Movimento Associativo Popular constitui a mais vasta e diversificada rede de intervenção cívica e solidária disponível, em Portugal, na cultura, desporto, recreio e no domínio social.

Somos, para além de tudo o mais, uma vasta escola de cidadania, formadora constante de sucessivas gerações de qualificados interventores.

Neste movimento, deram os primeiros passos, um número incalculável de músicos, de atores, de desportistas que se foram afirmando, posteriormente, com carreiras relevantes, nas atividades que foram desenvolvendo.

Em tempos de enormes carências económicas, sociais e culturais, foi-se desenvolvendo uma intensa atividade assente na experiência de sucessivas gerações de dirigentes voluntários e benévolos, procurando contribuir para a diminuição das assimetrias de diversos tipos, refletidas nas relações de trabalho, na qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente, na falta de recursos na educação, na saúde, na justiça e no emprego.

Tem sido fundamental o papel das associações na superação das debilidades do conhecimento, no preenchimento útil dos tempos de ócio e de vazio, na partilha de bens materiais e espirituais, na criação de laços comunitários e solidários, no acolhimento aos que vêm, de perto ou de longe, na animação dos que foram invadidos pela descrença e pelo desânimo, no apoio aos que sofrem reveses constantes com todo o penoso cortejo de angústias e de desesperos.

Por todas estas razões e por muitas outras, importa continuar a criar ou a renovar as associações enquanto espaços humanos de resposta aos problemas do Homem e da Sociedade.

Temos consciência de que o movimento associativo tem sido e hoje, cada vez mais, uma atenta resposta existente, no tecido urbano, ajudando a suprir os dolorosos efeitos da solidão de uma sociedade envelhecida e, no mundo rural, onde a desertificação demográfica tem deixado as populações sem estruturas organizativas para responderem aos problemas da velhice, da doença e do abandono, na sua vida quotidiana.

Importa relevar, também, a decisiva importância do movimento associativo, no contexto institucional da Economia Social, onde se tem afirmado, pelo seu dinamismo e capacidade de intervenção e de influência na sociedade.

> **“Somos, para além de tudo o mais, uma vasta escola de cidadania, formadora constante de sucessivas gerações de qualificados interventores.**

O papel das associações tem sido reconhecido, talvez menos do que devia pela sociedade, o que se tornou mais patente e notório, após a instauração da Democracia em 1974, quando as organizações político-partidárias nascentes recorreram às associações para recrutarem os seus quadros dirigentes, pois tiveram a perceção que era nelas que militavam muitos dos mais capazes para estruturar a atividade política, sobretudo, a nível concelhio e de freguesia. Mercê dessa procura, as associações perderam, momentaneamente, muitos dos seus melhores militantes e ativistas.

Não tem sido fácil a vida associativa, ao longo dos tempos, pelas mais variadas razões, e que hoje se têm agudizado por políticas erradas de tipo diverso, por leis iníquas que têm trazido à vida associativa inúmeros problemas criadores de mais desigualdades e disfunções.

Esperamos que esta distinção, conferida pelo mais alto magistrado da Nação, para além do seu enorme significado, ajude a despertar a consciência de outros decisores políticos, dos agentes económicos e da sociedade, no seu todo, para acelerar a transformação socio-cultural e desportiva de que o país continua a carecer.

Pela nossa parte, continuaremos a fazer tudo quanto esteja ao nosso alcance para a prossecução destes objetivos essenciais.

Francisco Barbosa da Costa, Dr.

Presidente da Mesa do Congresso da Confederação Portuguesa
de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

Francisco Barbosa da Costa, Dr.
Presidente da Mesa do Congresso

ELO ASSOCIATIVO

Há momentos na vida em que no sentimos demasiado pequenos perante as missões que nos são confiadas.

Tendo-me cabido a honra de representar a Confederação, versus, Movimento Associativo, enquanto Presidente da Mesa do Congresso, na cerimónia solene de recebimento da condecoração conferida e entregue pelo Senhor Presidente da República, no passado dia 16 de Julho, no Palácio de Belém, senti um peso enorme pela responsabilidade que simbolicamente estava a assumir.

Não era eu que lá estava. Eram todos os militantes, associativistas e dirigentes de sucessivas gerações, de diferentes origens sociais, profissionais e culturais, eram os homens simples e sofridos das aldeias, dos bairros das cidades, da diáspora com a sua nostalgia pela ausência do torrão natal. Eram todos quantos, ao longo de muitos anos, nem sempre foram bem tratados e respeitados como mereciam. Enfim, eram todos quantos têm arcado, sobre os seus ombros, a enorme responsabilidade de fazer crescer as comunidades, pelo seu exemplo, pelo seu trabalho e também pelo seu sacrifício.

Felizmente, houve um Presidente da República que soube interpretar esta realidade multiplicada, em muitos momentos e em diferentes locais. E devo dizer, para bem da verdade, que o Chefe de Estado, em palavras simples e sentidas, repletas de conteúdo, prestou a homenagem devida a todo o Movimento Associativo.

Por isso, lhe estamos gratos porque fez o que nos era devido e que mais nenhum poder o havia feito no Portugal Democrático.

Importa que outros poderes públicos ou privados, de qualquer nível, se revejam neste gesto sublime de respeito e admiração para quem esteve, está e estará ao serviço dos outros. É sempre tempo de aprender e seguir o exemplo.

Esta foi, para mim uma das maiores honras em que participei, como humilde servidor da causa associativa, minha escola de vida de cidadania, de aprendizagem de solidariedade, tendo tido a felicidade de ocupar, agora, por mandato das associações, o lugar que me permitiu ser o recetor de tal distinção. Bem hajam todos pelo que são e têm feito pela causa associativa.

Devo dizer que estivemos lá todos, porque a condecoração é nossa, fruto do nosso trabalho, da nossa perseverança e do nosso sacrifício.

EDITORIAL

Augusto Flor, Dr. | Presidente da Direção

A PERGUNTA QUE NINGUÉM FAZ!

O novo coronavírus e, consequentemente, a Covid.19 virou as nossas vidas do avesso. Estamos em estado de emergência, calamidade, alerta e outras coisas mais. Surgem notícias verdadeiras e outras falsas a toda a hora. A comunicação social está com dificuldade em arranjar temas que sejam "inovadores", como agora se diz.

Os pontos de situação diários feitos perto da hora de almoço nas TVs e repetidos pela hora de jantar, pela DGS e Governo, tentam ser esclarecedores, sérios e não alarmistas. Ainda assim, cada um ouve o que lhe convém. Os (as) Jornalistas de serviço fazem perguntas e obtém algumas respostas. Perguntam sobre o país, regiões, distritos, concelhos, freguesias, lugares, lares e até casos pessoais surgem como notícia.

Ninguém faz a pergunta de quantas coletividades (das 33.000) estão encerradas, quantos associados (dos 3 milhões) estão sem apoio social, que impactos tem o encerramento das instalações e suspensão das (120.000) atividades associativas na comunidade, que perdas financeiras tiveram (395M€) e como vão retomar sem meios (123M€), quanto se perde em auto estima, motivação e voluntariado. Quantas vão sobreviver e como.

Sabemos que a "agenda política" é determinada pelo volume e intensidade de notícias que circulam nos principais meios de comunicação social. Se alguém fizesse a pergunta certa e necessária, talvez o Governo tomasse medidas e a Assembleia da República aprovasse um orçamento retificativo que considerasse o Associativismo Popular.

A responsabilidade da falta de respostas e medidas não é dos profissionais da comunicação social. Mas, se houver um foco e uma cadeia de transmissão da Covid.19 a partir de uma Colectividade, não faltarão notícias sobre o Associativismo Popular.

Vá lá senhores (as) Jornalistas. Alguém tem que fazer a pergunta!

Ainda assim... Vai ficar tudo bem!

Rosa Baptista, Profª.
Presidente do Conselho Fiscal

SOBREVIVER NA ADVERSIDADE: A CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO PERANTE AS DIFICULDADES

A adversidade desperta em nós capacidades,
que noutras circunstâncias ficariam adormecidas.
Horácio

Milhões de anos de evolução deram origem aos seres humanos atuais, organismos altamente complexos, capazes de ler, escrever, pensar, comunicar... parece simples, mas não, tudo isto é extraordinário, mas a competência mais extraordinária de todas é a que nos permite sobreviver, escapando de situações difíceis e enfrentar obstáculos: a capacidade de adaptação. É essa capacidade que nos permite sair mais fortes depois das situações difíceis.

Nas nossas vidas as adversidades são inevitáveis; e há até quem defenda que as adversidades são essenciais para o crescimento.

A maioria de nós vive pelo menos um acontecimento bastante traumático durante o ciclo de vida, e neste caso, a situação pandémica que vivemos confronta-nos com os medos mais profundos e secretos que se escondem por trás das defesas emocionais e comportamentais que habitualmente usamos no dia-a-dia.

Nestas situações são inevitáveis frustrações próprias e por vezes assustadoras, que nos tornam vulneráveis e frágeis, nos fazem sentir à mercê de algo que não controlamos e despertam velhas angústias e medos.

Mas há mais vida, problemas de saúde, dores, angústias... para além desta Pandemia.

Como refere José Vicente Piqueras "Um homem sozinho no meio da noite, assobia para amansar os monstros que o habitam."

Saibamos todos, "amansar" os monstros e maleitas que habitam em nós.

COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO PERDEM 395 MILHÕES DE EUROS

E PRECISAM DE 123 MILHÕES DE EUROS PARA RETOMAR ACTIVIDADES

Mais de 120.000 actividades suspensas ou anuladas.
Adiadas mais de 30.000 Assembleias gerais e Assembleias eleitorais.
Cerca de 3 milhões de participantes sem actividades como Feiras, Festas, Romarias, Procissões, Concertos, Espectáculos, Saraus, Torneios, Aniversários, Exposições, Bailes, Excursões, Obras, Mostras, etc.

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR E A COVID-19 A ESTATÍSTICA APLICADA AO ASSOCIATIVISMO FILIADO (PARTE 2)

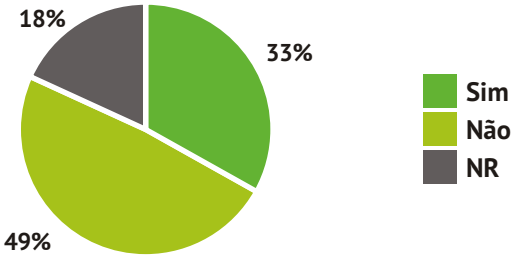
No sentido de entender os impactos da pandemia que se abateu sobre Portugal e o Mundo, em particular sobre o Associativismo filiado na Confederação Portuguesa das Colectividades, foi feito um Inquérito/Questionário a cerca de 4.000 colectividades onde foram colocadas 21 questões das quais se deu conta no Elo 57 (Maio) e no Elo 58 (Junho/Julho).

Na página 11 do Elo Associativo nº 57, foram apresentados 3 gráficos que mostravam de forma estatística três questões essenciais para se perceber os impactos e a resposta do associativismo e seus dirigentes à pandemia Covid.19. Foram apresentados dados que mostravam que 93% das Colectividades encerraram as instalações e suspenderam cerca de 120.000 actividades entre os dias 5 e 21 de Março, abrangendo cerca de 3 milhões de pessoas. Mostrava também que 83% dos Dirigentes Associativos sabem usar as novas tecnologias e, por isso, mantiveram o funcionamento à distância garantindo a continuidade e acompanhamento de filiados e ligação com a comunidade.

Era também afirmado que no Elo seguinte, o 58, seriam apresentados novos dados. Aqui estão para reflexão de todos quantos acreditem que a estatística quando aplicada com seriedade e rigor científico, pode ajudar a compreender os factos, acontecimentos e comportamentos sociais. Com estes dados e sua análise, fica concluída esta apresentação.

Solicitaram ajuda ao governo ou autarquia?

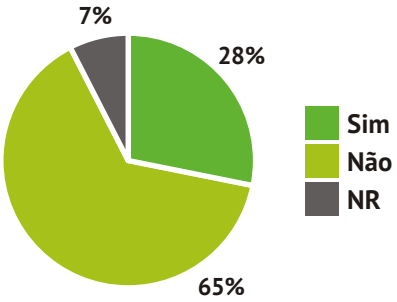
Na resposta a esta questão, são muito variadas as justificações. Contudo, destaca-se o facto de a maioria não ter solicitado apoio ao governo ou às autarquias. Não se entende porquê esta falta de iniciativa que depende apenas da vontade dos Dirigentes. Devemos reflectir sobre isto.



Tiveram apoio do governo ou autarquia?

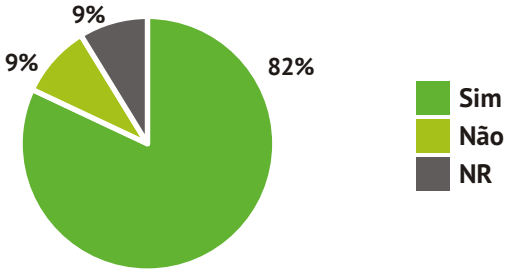
Quando a maioria dos Dirigentes não solicitaram apoio, era natural que o apoio não tivesse sido prestado pelo governo ou autarquias. Percebendo a dificuldade de não solicitarem apoios ao governo, já é mais difícil perceber porque não solicitaram apoio às autarquias.

A Confederação, em representação do Associativismo Popular, solicitou apoio às Autarquias e ao Governo através de um Plano de Emergência Nacional.



Retomam com todas as actividades?

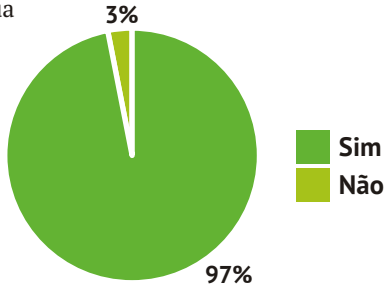
Quando e como seria a retoma, era e continua a ser uma incógnita. Contudo, respondendo às intenções de retomar com todas ou apenas parte das actividades associativas, uma esmagadora maioria dos Dirigentes demonstrou estar determinada e empenhada em retomar todas as actividades. É um elemento muito positivo que mostra confiança no futuro.



Tem toda a documentação oficial em ordem?

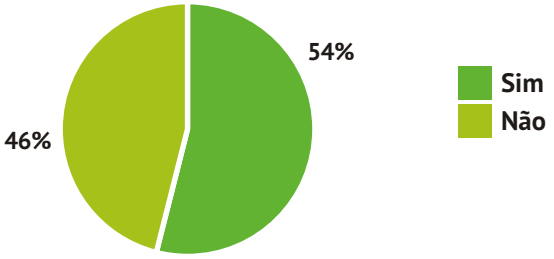
Para solicitar apoios ao governo ou autarquias, é obrigatória a apresentação de vários documentos que confirmem a boa e transparente gestão associativa. Os documentos essenciais são: terem os Órgãos Sociais eleitos e empossados; não ter dívidas às finanças ou à segurança social.

É significativo constatar que a quase totalidade das colectividades têm a sua documentação em ordem. Muitas das Assembleias Gerais que seriam realizadas em Março foram adiadas para Junho ou Setembro.



Prestou apoio aos filiados e comunidade?

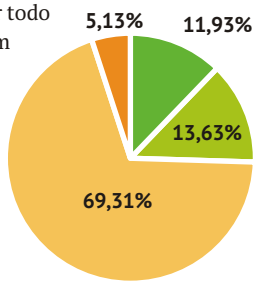
Esta questão é a que mais divide o Associativismo Filiado. Por um lado constata-se que a maioria deu apoio aos filiados e à comunidade com medicamentos, compras, refeições e disponibilização de instalações. Os que responderam "Não" afirmam que não foram contactados ou não tomaram a iniciativa por si mesmos.



Distribuição geográfica das respostas

Dos questionários enviados e respondidos, houve muitos deles que tiveram respostas S/N/NR ou respostas desenvolvidas que deixaram elementos de estudo para o futuro. Devemos destacar o esforço e empenho profissional das trabalhadoras da Confederação e dos Dirigentes Nacionais que, um pouco por todo o país (continente), se empenharam nesta grande e importante tarefa.

A diferença do número de respostas dadas deverá ser analisada em cada Comissão Permanente e por cada Dirigente que está empenhado num Movimento Associativo Filiado cada vez mais participativo.



- **Gabinete Norte** (Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real)
- **Gabinete Centro** (Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu)
- **Gabinete Estremadura** (Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal)
- **Gabinete Sul** (Beja, Évora, Faro e Portalegre)

CADA UM TIRE AS SUAS CONCLUSÕES

Maioria negativa na Assembleia da República reprova apoio financeiro de 30 Milhões de Euros para o Movimento Associativo

A Confederação Portuguesa das Colectividades, no âmbito das suas competências e da pandemia Covid.19, identificou a situação financeira do Movimento Associativo (perdas e necessidades para a retoma) e apresentou propostas ao Governo e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Soubemos que o Grupo Parlamentar Os Verdes e o Grupo Parlamentar do PCP fizeram perguntas ao Governo. Desconhecemos se houve respostas.

Soubemos que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou, entre outras, propostas no âmbito das rendas e uma proposta de aditamento ao Orçamento Rectificativo onde, de forma fundamentada, propunha uma verba de 30 milhões de euros, consignados exclusivamente às Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto a serem geridos pelo IPDJ- Instituto Português do Desporto e Juventude.

No Conselho Nacional realizado a 27 de Junho na Voz do Operário em Lisboa onde, entre outros aspectos, foi avaliada a situação do Movimento Associativo Popular – Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, foi evidenciada a necessidade do Orçamento Rectificativo ter em conta as necessidades do MAP e as propostas presentadas pela Confederação Portuguesa das Colectividades a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Foi ainda sugerido que cada Dirigente, intercedesse junto dos Deputados das respectivas regiões/distritos para que estes fossem sensibilizados para apresentarem propostas de apoio ao MAP em sede de discussão do Orçamento Rectificativo.

Pelos vistos, nada disto funcionou. Os/as Dirigentes não conseguiram sensibilizar os/as Senhores/as Deputados/as. Os/as Senhores/as Deputados/as não estiveram sensíveis à proposta do PCP e chumbaram uma medida essencial para a sobrevivência do Associativismo em Portugal. Não se vislumbram apoios financeiros dedicados ao Associativismo por outras vias.

Mas, atenção: não tiveram todos a mesma posição, senão vejamos:

Votações:

Favor – PCP

Contra – PS

Abstenção – PSD; CDS; PAN; CH; IL

Resultado: Rejeitado!

Cada um, tire as suas conclusões!

Contactos institucionais em tempo de pandemia Covid-19

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

No âmbito das suas competências e legitimidade, a Confederação Portuguesa das Colectividades atenta às necessidades do nosso movimento, solicitou reuniões, audiências e apresentou propostas devidamente fundamentadas aos vários órgãos de poder político.

Fazemos uma breve síntese desses contactos e os resultados obtidos:

1. Reunião com a DGS para possível cooperação entre a DGS e a CPCCRD no sentido de se criar um Código de Conduta para o Associativismo poder retomar as actividades de forma segura e gradual. A Confederação apresentou uma proposta de Código de Conduta estando a aguardar o parecer da DGS.
2. Ministério da Cultura - Reunião com Adjuntos da Ministra que levou a reuniões com a SPA-Sociedade Portuguesa de Autores, tendo o Director Geral da IGAC como patrocinador. Discutiram-se aspectos que há muito preocupam o Associativismo, ficando as partes de continuar a analisar a situação;
   - Visita e reunião da DGLAB/Torre do Tombo ao Centro de Documentação da Confederação a fim de identificar a parte do acervo central da Confederação e das filiadas centenárias para eventual digitalização;
   - Revisão do protocolo existente entre a Confederação e o MC sobre o Núcleo Central de Partituras sediado em Mafra – Auditório Beatriz Costa.
3. Reunião com a Senhora Ministra da Cultura (14 Julho) onde foram, entre outros aspectos, abordada a criação de Comissão Especializada da Cultura Popular e Tradicional junto do CNC; Isenção de IVA dos espectáculos associativos; Direitos de Autor; Salvaguarda dos Arquivos Associativos; Programa de Capacitação das entidades do CNAP. Foi agendada nova reunião para 2 de Setembro.
4. Reunião do CNES – Conselho Nacional de Economia Social (30 Junho) com a participação da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com a participação de todas as "famílias" da Economia Social. Ali foram abordadas as necessidades de apoio financeiro para fazer face às consequências da Covid.19 no Associativismo, nomeadamente no que respeita aos apoios de baixo/médio valor via autarquias; pagamento do lay off para os trabalhadores do sector; linha de crédito com aval e apoio do governo, com moratória e sem juros.
5. Reunião com a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (20 Julho) onde foi abordada a situação do Associativismo no quadro da pandemia e das medidas financeiras necessárias para compensar as perdas e para a retoma das actividades. Foram identificadas várias questões que devem ser tidas em conta pelo MTSSS tais como o modelo social existente; o Estatuto Fiscal da Economia Social; a integração da CPCCRD na CASES e o cumprimento integral da Lei de Bases da Economia Social. Da parte da Senhora Ministra ficou o compromisso de estreitar as relações e dar resposta às várias questões.

Nota: No seguimento do nosso pedido de Audiência ao Senhor Primeiro Ministro (19 Maio), este enviou o pedido para o Ministro da Economia que ainda não agendou a referida reunião.

CONSELHO NACIONAL REUNIU A 27 DE JUNHO

A 27 de julho de 2020 teve lugar no Salão da "Voz do Operário o Conselho Nacional da CPCCRD.

Em cima da mesa estava principalmente a necessidade do cumprimento dos preceitos legais para a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2019, constaram ainda um ponto prévio relativo a questões do Covid-19, as questões da Capacitação, a apresentação reflexão e debate da revista Análise Associativa.

Tratou-se de um Conselho Nacional realizado de forma anormal motivado pela época também anormal que atravessamos.

Os Conselheiros Nacionais tiveram a possibilidade de optar entre a participação presencial e a participação por via digital tendo a maioria deles optado pela segunda via. Esta possibilidade de opção obrigou, para que os trabalhos corressem mininimamente bem, à instalação de uma panóplia de equipamentos informáticos, de imagem e de som a que não estávamos francamente habituados na Confederação. Aos técnicos que connosco trabalharam e funcionárias da CPCCRD, desde já o nosso sincero obrigado.

Para além da aprovação por unanimidade e aclamação do Relatório de Atividades e Contas 2019, destaca-se ainda o bom acolhimento do novo número da revista Análise Associativa e das propostas para reestruturar esta revista apresentada pelo seu diretor Sérgio Pratas.

No capítulo relativo ao combate ao COVID-19 os Conselheiros Nacionais tiveram a ocasião de apresentarem os seus problemas, a sua insatisfação pela forma como o Movimento Associativo está ser tratado neste processo e a sua disponibilidade de lutar mais seriamente por medidas que sirvam as associações quer permitindo o arranque das suas atividades quer garantindo os meios capazes de garantir a sua sustentabilidade.

Foi um Conselho Nacional pleno de determinação e cheio de lições a tirar quer a nível tecnológico, quer a nível de que medidas a adotar para inverter este rumo ao esquecimento para onde nos parece quererem atirar.

Por fim uma palavra de um profundo agradecimento à "VOZ do Operário", aos seus Dirigentes, e aos seus Funcionários pela forma como disponibilizaram as suas instalações e como se disponibilizaram eles próprios para que tudo corresse perfeitamenente dentro das normas de segurança em vigor.

Joaquim Escoval
1ª Secretário da Direção

CONSELHO NACIONAL DÁ VOZ ÀS ESTRUTURAS

As Estruturas e a Confederação

O período que atravessamos de pandemia, deu origem a alterações profundas, as quais não sabemos que futuro nos irão permitir obter, sendo certo que sempre soubemos dar a volta a muitas situações mais ou menos gravosas. Talvez não tanto como a actual situação, mas não temos melhor solução que não seja, o de confiar no futuro do Movimento Associativo.

Assinale-se desde já a realidade que temos à nossa frente, com as preocupações criadas pelo Covid-19, que objectivamente manietou a nossa actividade. Fechou-nos as Sedes, provocou a diminuição de receitas, deu origem à diminuição da nossa relação colectiva, de franco convívio associativo, colocando-nos a conversar para um espelho à distância formal do teletrabalho, causaram-nos imensas preocupações, mas não nos eliminaram a nossa capacidade de pensar.

Não temos outra hipótese

Provavelmente, somos empurrados para uma situação de descanso que nos permite e obriga pensar como dedicar mais tempo ao estudo do que fazer e como preparar o futuro.

No nosso Plano de Atividades e Orçamento para 2020, (na continuidade dos documentos aprovados em Congresso para o triénio de 2019/2021,) foi aprovado a 7 de dezembro de 2019 em Conselho Nacional, tendo ficado definida uma atenção especial para com cuidados a prestar ao trabalho com as nossas Estruturas associativas distribuídas pelo todo nacional.

Como é natural, mesmo que todos os dirigentes nacionais tenham levado consigo o Documento aprovado, nem sempre o tempo que dispomos para actividade associativa, nos permite prestar cuidados necessários para aplicação prática do que foi aprovado. Tanto para o seu estudo como para o encontro de medidas da sua aplicação.

Organização, Estrutura, Funcionamento

Para o desenvolvimento do tema nesta comunicação, pág. 4 do PAO, socorro-me primeiro dos Estatutos da Confederação uma vez que estes definem muito bem na sua estruturação central, na definição dos órgãos sociais e, no que evidencia pela definição das Estruturas Descentralizadas, ver o seu art.º 25, e que também define a sua função no art.º 26 que, citando "As Federações Distritais e as Associações/Federações Concelhias de Colectividades são estruturas da CPCCRD destinadas a coordenar, promover e dinamizar as actividades das associadas efetivas, em colaboração com os Órgãos Sociais." Mais tarde, aconteceu o necessário enquadramento das Coletividades ELO.

Correndo o risco de podermos ser repetitivos acerca do levantamento de problemas existentes, caberá aos mais experientes reforçar a discussão pela positiva na passagem de conhecimentos com as melhorias a serem apontadas, mesmo que seja mais uma vez... e aos menos experientes, através de uma irreverência assintomática, agora na moda, evidenciar os sintomas sentidos acerca do que vão vendo, e o que vão sentindo como necessidade de melhorar. Estes, os menos experientes, assinalando outras necessidades, como que vendo um pouco mais, partindo da situação de quem estando de fora, pensará que o movimento associativo deva ser, podendo ser mais e fazer melhor.

Nos seus 12 pontos assinalados no PAO para 2019

Como conjunto de trabalho a desenvolver, indicamos e aprovámos várias necessidades às quais devemos prestar várias atenções, com claro sentido de reforçar a nossa ligação nacional.

1. Como evidenciar o papel da Confederação face ao Movimento Associativo Popular e à Economia Social. A sua importância e necessidade.
2. Que opinião temos acerca da nossa relação institucional, entre a Confederação e as suas Estruturas, na forma como nos procuramos mutuamente, para sabermos mais com a troca de experiências, nos entendemos no respeito pela opinião democrática de cada um, nos apoiamos nas soluções para melhorar acções associativas, como evidenciamos e combatemos as nossas pequenas vaidades pessoais, e como nos evidenciamos como força dirigente nacional do Movimento Associativo Popular utilizando todos os meios possíveis para podermos dizer que somos uma força do Movimento Associativo?
3. Para tal, como intensificar sempre, uma maior aproximação entre a Confederação as Estruturas, as Coletividades ELO, e as filiadas utilizando os Gabinetes Polo de Atendimento, contactando-nos em permanência, para dar e obter apoios ao nosso trabalho?
4. Como se entende a constituição de uma Plataforma Jovem mesmo que informal, que participe e discuta connosco o seu pensamento, as suas propostas e ideias?
5. Que condições criar no envolvimento de vários Dirigentes distribuídos pelo território nacional, capazes de manifestar apoio na elaboração de medidas que visem melhorar toda a orgânica nacional, através do enquadramento com todos os Dirigentes dos nossos Órgãos Eleitos com outros mais ou

menos afastados, com saberes guardados, trabalhando em conjunto com a Direção, fazendo funcionar melhor no encontro de soluções de descentralização e corresponsabilização nacional?

6. Que utilização a dar a recentes medidas que originaram abertura de Gabinetes Polo de Atendimento Sul, Centro e Norte, não só como forma de combater a imagem da pretensão de falsos centralismos a partir da Sede central em Lisboa? Se até aqui, não tínhamos outra solução ou soluções, agora que pelo trabalho desenvolvido temos tais condições, que propostas a fazer para melhorarmos a nossa influência?
7. Como manifestar as nossas possibilidades em oferecer melhor trabalho associativo, a partir do reforço de recursos humanos, em cada Gabinete Polo de Atendimento, com Quadros profissionais, recorrendo a outras soluções?
8. Quais as melhorias a obter com a criação de um Centro de Estudos de Estatística Associativa, que nos permita a recolha de vários dados a trabalhar para obtenção de um melhor conhecimento sobre o que somos e o que podemos pretender ser?
9. Como alargar o nosso espaço de influência associativa, levando à realização de um Congresso Nacional dos Açores para 2021?
10. Qual a importância a dar à emissão de um Cartão do Dirigente Associativo para todos os membros dos Órgãos Sociais e outros membros a considerar, sendo que deva ser mais que um simples cartão, mas que nos sirva como meio de evidência da nossa importância local e nacional, da pertença a um colectivo quase único no País?
11. Sendo certo que este ponto seja apresentado numa outra intervenção, qual a importância a dar à futura Sede Nacional, que mais que uma nova Sede, deva ser um forte motivo de festejo nacional, que dignifique o movimento Associativo e nos permita melhores condições de trabalho e prazer em visitar um espaço que contenha em si, o Centro de Nacional de Documentação Associativa, Museu Nacional do Associativismo Popular e os nossos Serviços Centrais?
12. Que trabalho a desenvolver para com áreas ou actividades associativas que não se vejam cobertas por Estruturas Federativas que as representem, como é o caso de Coros e Orfeões?

Procuramos com esta apresentação uma participação critica, positiva, que nos empurre para o encontro das melhores soluções do futuro associativo.

Para concluir, pode a Direção Nacional da Confederação ter as melhores propostas do mundo e arredores, ter as melhores intenções programáticas, ter os melhores dirigentes no seu comando, os melhores quadros funcionários ao seu serviço, tudo muito bem estruturado e definido no papel, acerca das suas intenções, afirmar-se como representante do Movimento Associativo Popular a nível nacional. Pode ter isso tudo e o mesmo se aplica a todas as Estruturas Distritais, Concelhias e Coletividades ELO. Mas se não houver um envolvimento prático, de todos com todos, se não cumprirmos com o que está definido estatutariamente, e termos a capacidade de uma real ligação à vida, pouco adiantará.
Confiamos que apesar da Pandemia, o futuro continuará a manter-nos no mesmo caminho que vínhamos trilhando.

Adelino Soares
Intervenção lida pelo autor no CN de 27/6/2020

COMEMORAÇÕES **DIA NACIONAL DAS COLETIVIDADES**

No dia 31 de Maio na "Voz do Operário", realizou-se a Comemoração do Dia Nacional das Coletividades esta comemoração foi organizada pela Federação das Colectividades do Distrito de Lisboa, Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa e a Associação das Casas Regionais de Lisboa, com o apoio da Confederação Portuguesa das Colectividades e da "Voz do Operário". Em representação da Confederação esteve presente o Tesoureiro, António Borges que leu a Saudação alusiva ao Dia Nacional das Coletividades e a funcionária Elvira Magusto.

Contou com vasto programa, onde atuaram os fadistas: Conceição Ribeiro; Ana Pacheco; Maria Vicente; Joana Carvalhas e Edgar Antunes, os músicos foram, na viola, Fernando Gomes, na viola Baixo, Nuno Lourenço e na guitarra, Manuel Gomes e também contou com o acordeonista Gonçalo Barata.

Com transmissão direta, através da página do Facebook da Confederação.

Centro Recreativo, Cultural e Desportivo – Rancho Folclórico "Os Camponeses" de Peralva -Tomar

Comemoraram o Dia Nacional das Colectividades e o Dia Nacional do Folclore, no dia 31 de maio 2020

Hoje é o DIA NACIONAL DO FOLCLORE, comemoração instituída pela Assembleia da República e que permitiu, e permite, demonstrar o papel do movimento folclórico no panorama cultural do país.

Se multiplicarmos os 418 grupos folclóricos nacionais por uma média de 60 componentes apuramos 37080 cidadãos portugueses, de todas as idades, com todas as profissões, que se juntam várias vezes por mês, que atravessam várias vezes ao ano o país de lés a lés, que divulgam os seus concelhos e localidades, que se preocupam com a salvaguarda da cultura tradicional e popular portuguesa e ...na maior parte das vezes, são os GRUPOS FOLCLÓRICOS as únicas instituições que congregam a população na manutenção da preservação do espírito de vizinhança (ultrapassando as suas responsabilidades e superando as obrigações das instituições oficiais).

É dentro dos grupos de folclore que os componentes encontram a segunda família, partilhando preocupações pessoais mas, também, onde encontram um escape e uma terapia para as atribulações do dia a dia.

Este ano de 2020, será uma ano de paragem dolorosa.

Os sapatos não serão apertados, os lenços e os barretes não serão colocados, os trajes serão mantidos nos roupeiros.

As viagens cansativas mas de convívio e alegria não se realizarão.

Os ensaios, no final da semana, depois de 5 dias de trabalho intenso não existirão.

Os dias de trabalho e as noites sem dormir durante as atividades (que servem para animar as aldeias e para angariar fundos) foram adiados para 2021.

Uma parte de nós adormeceu, num sono que deverá ser de tomada de força e de energia para que, logo que a tormenta o permitir, com mais força consigamos manter os nossos grupos e a salvaguarda do património popular português.

Um abraço muito grande a todos aqueles que fazem parte deste movimento.

Uma homenagem, em especial, aos elementos do Rancho Folclórico " Os Camponeses" da Peralva.

Susana Jorge
Diretora Técnica do Grupo

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA,
RECREIO E DESPORTO

DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES

31 DE MAIO DE 2020

S A U D A Ç Ã O

96 ANIVERSÁRIO
1924-2020
CPCCRD.PT

A 31 de Maio de 1924, iniciava-se um Congresso de Colectividades que deu origem à Federação das Sociedades de Educação e Recreio que hoje se designa por Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Esta é a razão porque dia 31 de Maio é o Dia Nacional das Colectividades, consagrado na lei 34/2003 de 22 de Agosto.

Passados 96 anos muita coisa mudou. O associativismo reinventou-se perante cada fase da nossa vida política, económica, cultural e social. Cresceu em número de entidades e diversificou as suas actividades. Tornou-se uma instituição para as pessoas, para as entidades e para a sociedade em geral. Possibilitou que milhões de pessoas beneficiassem de cultura, recreio e desporto. Tornou acessível e democratizou a participação cívica, deu exemplo de transparência e rigor. Contribuiu para a economia, a inclusão social e territorial pela via da prevenção.

A Confederação contribuiu e continua a contribuir para a valorização e reconhecimento do Associativismo que, entretanto, evoluiu para um movimento social global que é conhecido pelas suas características sócio antropológicas por Movimento Associativo Popular. Foi reconhecido pelos poderes públicos (Assembleia da República e Governos), sendo hoje membro do Conselho Económico e Social, Conselho Nacional da Economia Social e do Conselho Nacional do Desporto.

Na fase que estamos a viver (Pandemia Covid-19), as comemorações do Dia Nacional das Colectividades.2020 estão condicionadas pelas recomendações pela DGS e Governo, pela suspensão das actividades, falta de meios humanos, logísticos e financeiros.

Podemos contudo assinalar este dia de forma muito evidente ao lermos e divulgarmos esta Saudação que é dirigida a todos os Dirigentes Associativos, Associados e Familiares, todos os parceiros na certeza que, logo que possamos, retomaremos as nossas actividades com a prudência, coragem, determinação e confiança próprias de Homens e Mulheres que, enquanto Dirigentes Associativos Voluntários e Benévolos, têm consciência do seu papel de agentes de transformação social.

Viva o Dia Nacional das Colectividades!
Viva o Movimento Associativo Popular!
Viva Portugal!

Maio 2020

A Direcção da CPCCRD

GABINETE CENTRO

No Centro falámos de Salvaguarda de Arquivos Associativos

Joaquim Escoval
Gabinete Polo de Atendimento Centro

O GPA Centro realizou, mais uma vez por via digital, uma ação de sensibilização sobre Salvaguarda de Arquivos Associativos.

Esta sessão realizada na tarde de dia 8/7/2020 inseria-se no Plano de Atividades aprovado pela Comissão Permanente pouco tempo após a implantação do GPA Centro na Covilhã.

Vários Dirigentes Associativos da Região Centro tiveram assim a aportunidade de assistir a uma apresentação sobre este tema feita pelo 1º Secretário da Direção Nacional da Confederação, Joaquim Escoval e de com ele abordar alguns dos capítulos do Guia Prático de Arquivos Associativos.

No Plano de Atividades do GPA segue-se mais uma Sessão de Sensibilização, também por via digital, que decorrerá no próximo dia 25 de julho e versará o tema da Contabilidade e Finanças que será apresentado pela Vice-Tesoureira da Confederação Ana Miranda e para o qual se esperam muitas inscrições de Dirigentes Associativos.

GABINETE ESTREMADURA

Reuniu no passado dia 18 de junho na Plataforma ZOOM a Comissão Permanente do Gabinete de Atendimento da Estremadura, na qual participaram 8 dos 21 possíveis dirigentes que dela fazem parte.
Nesta reunião naturalmente ressaltaram as questões e os reflexos da Pandemia Covid-19 no Movimento Associativo onde se registam alguma boas ações de compreensão das autarquias locais no apoio às coletividades dos seus concelhos, em contraste com o completo alheamento, para não dizer desprezo, com falta de resposta do Governo, DGS e alguns partidos da Assembleia da República, aos constantes pedidos de intervenção que lhes foram enviados pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
Na presente reunião, Vladimiro Matos, na qualidade de responsável do GPA da Estremadura, deu conhecimento do que tem sido a intervenção da Confederação na atual conjuntura e abriu o debate onde foram abordadas sugestões e apresentadas pelos dirigentes responsáveis de Estruturas, e Conselheiros Nacionais, algumas iniciativas a serem levadas à prática tais como:

- De Augusto Figueiredo da FCDS, que apresentou um Plano de Conferências a realizar no Distrito de Santarém para o qual já conta com o apoio da maioria da Autarquias.
  Deu ainda conhecimento e integrada na Campanha de Novas Filiadas, de 8 novas adesões no Distrito de Santarém.
- Fernando Vaz da ACCCL, que sugeriu a realização de uma forte concentração de coletividades junto à Assembleia da República onde fosse bem manifestada, não só a força do Movimento Associativo, assim como o seu desagrado em relação ao atual estado de esquecimento deste por parte das entidades oficiais a quem cabem dar resposta.
- Pedro Franco da ACCL, propôs que fossem pedidas audiências aos Grupos Parlamentares.
- Albano Ginja – Conselheiro Nacional, propôs que fosse feita uma concentração de coletividades junto à sede da DGS.
- Gustavo Estevens – Conselheiro Nacional, deu conhecimento das dificuldades sentidas na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz.

Veladimiro Matos
Gabinete Polo de Atendimento
Estremadura

CHEGADOS AQUI PROPONHO:
Que no GPA Estremadura passemos a debater temas interessantes, não só para a nossa capacidade de intervenção associativa, troca de experiências e conhecimentos, assim como, para o nosso enriquecimento intelectual enquanto cidadãos e cidadãs de corpo inteiro.

Como 1.º tema proponho-vos
Um tema que para mim é aliciante, A importância da Comunicação e Imagem no Movimento Associativo Popular.

Entretanto permitam-me que partilhe convosco o seguinte:
Na minha vida profissional antes de me reformar, tive 47 anos de microempresário com atividade técnico-comercial que me obrigava a uma constante comunicação com clientes, fornecedores, funcionários e amigos. Considerava-me um comunicador "nato".
Passei pela experiência do Movimento Associativo de Microempresários até que cheguei ao Movimento Associativo Popular como dirigente da Confederação. Aqui, mais uma vez, confirmei que a Comunicação presencial era e será a mais importante. O cara a cara, o contacto social, o convívio, o debate direto, coisas importantes que o COVID-19 nos tirou. "Grande malandro que temos de vencer com muita persistência".
Com este mal pandémico, sem fim à vista, a ciência descobriu uma nova forma de contacto que associativismo adotou, ao qual se passou a chamar Teletrabalho, plataforma Zoom e outras que aí virão. Mais um passo e desafio gigantes para a Comunicação e Capacitação dos dirigentes associativos. Se eu, com os meus, praticamente 71 anos, alguma vez pensei chegar a este ponto de conhecimentos e práticas?

Certamente os colegas do GAP Estremadura já perceberam quão interessante poderá ser o nosso 1º tema a debater na próxima reunião do Gabinete pós período de férias, cuja data proponho o dia 10 de setembro pelas 17,30 horas.

Passem bem e cuidem-se.

GABINETE SUL

Victor Carapinha
Gabinete Polo de Atendimento Sul

Confinamento e distanciamento são expressões e práticas individuais que, por si só, são contrárias ao movimento associativo, vulgarmente reconhecido como uma livre organização de pessoas com objectivos comuns, na procura de soluções colectivas aos problemas que lhe deram origem.

O Associativismo, enquanto instituição sem fins lucrativos, implica presença e participação, baseia-se em princípios de solidariedade e cooperação, e está identificado e directamente relacionado com os valores da Liberdade e da Democracia.

O Movimento Associativo Popular apresenta um vasto historial de participação cívica e de exercício dos direitos de opinião, expressão, reunião e associação, assumindo-se na sua génese como produtor de instrução e criador de cultura, a juntar ao convívio e às actividades de recreio, tendo-se constituído também, durante o período fascista, como polo de resistência à ditadura.

As circunstâncias hoje são diferentes e a luta é outra.

A crise sanitária associada ao surto epidémico de covid-19 atingiu todos os sectores da sociedade e o Movimento Associativo Popular não foi exceção, vendo a sua actividade suspensa. E ao confinamento e distanciamento juntou-se o encerramento.

Assembleias gerais foram adiadas, processos eleitorais foram interrompidos, provas desportivas foram canceladas, eventos culturais foram desmarcados, práticas associativas de convívio e recreio foram impedidas de se realizarem.

No entanto, as despesas correntes mantêm-se, desde rendas, água, luz, gás, seguros, salários de trabalhadores e outros, importando garantir que este importante sector da Economia Social e pilar da nossa Democracia possa retomar a sua actividade o mais brevemente possível.

Assim, considerando a importância do Associativismo para a sociedade, para as populações e as comunidades locais e o seu acesso à cultura, ao desporto e ao lazer, e considerando o enorme conjunto de dirigentes e associados que dão vida ao Movimento Associativo Popular, importa que a sua acção e intervenção sejam devidamente valorizadas e que se encontrem soluções de apoio a este sector nesta fase difícil da vida do nosso País.

Neste sentido, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, assumindo claramente a sua condição de entidade representativa do Movimento Associativo Popular, tomou a iniciativa de apresentar um Plano de Emergência Nacional com um conjunto de medidas dirigidas às Autarquias e ao Governo, tal como se tem vindo a dar conta nas várias Notas Associativas oportunamente divulgadas.

Entretanto, através dos gabinetes regionais, foram realizadas tele-reuniões com dirigentes associativos e onde esteve presente o jurista da Confederação, Dr. Luís Figueiredo, no sentido de se prestarem esclarecimentos legais sobre procedimentos a tomar no âmbito do covid-19.

De igual modo, o GPA-Sul também organizou um fórum associativo por vídeo conferência, no qual participou o presidente da Confederação, Dr. Augusto Flor, sendo assinalado por todos os participantes as dificuldades por que as suas associações estão a passar, destacando que, por parte do órgão confederativo, todas as acções susceptíveis de regresso à normalidade estão a ser desenvolvidas, sem esquecer o cumprimento das regras definidas pelas autoridades sanitárias e administrativas.

A pandemia não acaba a luta associativa organizada, mas esta pode erradicar aquela.

Sandra Toco · Técnica Administrativa

O Gabinete Sul da Confederação tem uma nova funcionária para o atendimento à Economia Social e apoio às colectividades dos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro.

Para a vaga deixada por Filipe Chora, que teve que interromper a sua colaboração por razões técnicas e a quem se agradece os bons serviços prestados ao associativismo, foi escolhida Sandra Maria Toco após um rigoroso processo de selecção com cerca de quarenta candidaturas.

Deixamos uma palavra de saudação à Técnica Administrativa, Sandra Toco, com votos de sucesso pessoal e profissional nesta nobre tarefa, mais que um trabalho, de ser militante associativa.

:: ASSOCIAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO CONCELHO DA **FIGUEIRA DA FOZ**

A ACCFF - idealizou, concebeu e lançou a 31 de maio (Dia Nacional das Coletividades) um novo projecto de comunicação associativa, a revista SÓCIA.
Entrevistas, opinião, história, curiosidades, são alguns dos artigos que se podem ler nesta publicação digital, disponível aqui, que pretende homenagear o movimento associativo e ser um barómetro do empenho coletivo na dinamização democrática da cultura, do desporto e do lazer.
Uma revista para ler devagar, com destaque para a grande entrevista com o vereador titular do pelouro das Coletividades na Câmara Municipal da Figueira da Foz, Miguel Pereira, e para as 40 visões para a década de 40 personalidades, com e sem ligações às coletividades, traduzidas em 40 exercícios de livre pensamento sobre o movimento associativo.

Saudações associativas,
P´O Presidente da Direcção
[António Rafael]
Ricardo Santos
Vice-presidente da Direção

ACRAP – Eleições realizadas a 18 de Junho de 2020

No passado dia 18 de junho, pelas 21 horas, em Assembleia Geral, a ACRAP elegeu os seus Órgãos Sociais acontecendo de imediato a tomada de posse dos seus novos dirigentes.
No momento que atravessamos, com todos as dificuldades criadas pelo Covid19, é de realçar a coragem manifestada por todos, que sentindo a necessidade de retomar actividade da nossa Associação, e dando seguimento a um processo normal do seu funcionamento, mobilizaram-se, cumprindo o que estatutariamente estava previsto para este período do ano, realizando o nosso ato eleitoral.
Dada a situação de pandemia e as indicações que vão sendo anunciadas pelos organismos oficiais que permanentemente têm dado orientações protelando vários procedimentos quanto à realização de Assembleias Gerais e outras medidas tais como a apresentação de Relatório de Contas, orientações que se aplicam também ao nosso movimento Associativo, e garantindo as condições indicadas pela Direção Geral de Saúde, quanto aos respectivos distanciamentos e outras medidas necessárias, a Direção cessante da ACRAP decidiu pela realização de Eleições, tendo em conta que tal decisão aconteceu por haver a marcação da data de 30 de Junho, como prazo anteriormente estabelecido.
Num ambiente de boa disposição e colaboração entre todos os presentes, e com a participação de cerca de 30 associados que assim elegeram os novos Órgãos Sociais e dando de imediato posse.
Salientamos as preocupações manifestadas por todos quanto ao futuro da nossa Associação em particular e do movimento associativo em geral, com a certeza de que saberemos dar a volta por cima, na melhoria das nossas actividades e na defesa da nossa Associação.
Em nome de todos os dirigentes eleitos para o próximo mandato, manifesto o princípio de que procuraremos dentro dos nossos limites e capacidades de empenho, com trabalho e persistência e a irreverência de sempre, continuaremos a trabalhar em defesa da ACRAP.
ACRAP-Associação Cultural e Recreativa dos Amigos das Póvoas - Estarreja 1ª Associação ELO da CPCCRD a Nível Nacional.

Atentamente,
Severiano Tavares
Presidente da Direção

:: ASSOCIAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE **SETÚBAL**

Apesar da Pandemia a ACCS realizou as seguintes ações associativas:

- 31 de maio 2020 – Cerimónia de Assinatura do Protocolo de Cedência de Instalações entre a Câmara Municipal de Setúbal e a ACCSet e Inauguração da nova Sede.
- Junho de 2020 - No âmbito do projeto da ACCSet de proximidade com as suas filiadas, e Associações/Coletividades e Clubes do Concelho reuniu com o Grupo Desportivo Independente, Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense, Centro Solidariedade Social Nossa Senhora da Conceição, e Moto clube de Setúbal.
- ACCSet participou na iniciativa da Rádio Jornal de Setúbal "Encontro Marcado" e apresenta à Cidade o impacto que o Covid-19 trouxe ao Associativismo.
- ACCSet desenvolve parceria com o Jornal "O Setubalense".
- ACCSet reúniu com a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Dra. Maria das Dores Meira e com o Senhor Vereador Dr. Pedro Pina e apresentou projetos para desenvolver na Concelho divulgados em nota de imprensa.
- A Associação das Coletividades apoia artistas da cidade com uma iniciativa virada especificamente para as Coletividades.

:: TESTEMUNHO DE **JOÃO PROENÇA**

João Proença
Presidente da Direção da Casa do Alentejo

HISTÓRIA DA CASA DO ALENTEJO

Nas primeiras décadas do século XX

Há uma deslocação das populações rurais alentejanas para a periferia da capital, à procura de melhores condições de vida.

Os alentejanos, ao deixarem os seus locais de origem, sentiam-se deslocados e desenraizados, o que os levou a uma agregação, considerada o princípio das associações regionalistas. Nelas, os recém-chegados à capital promoviam o convívio, sentiam-se unidos, reuniam as suas tradições, saboreavam a gastronomia das suas terras, entoavam os seus cantes e promoviam, naturalmente, a cultura alentejana.

Os alentejanos sempre tiveram o objectivo de fundar uma Associação Regionalista

Como acto conseguido, surgiu em 10 de Junho de 1923, no Bairro Alto, a fundação da Associação Regionalista Grémio Alentejano. Durante 9 anos, o Grémio esteve instalado em várias sedes pequenas e improvisadas. No ano de 1930 foi obrigado a mudar a designação de Grémio para Casa do Alentejo. No ano de 1932, termina o périplo pelo Bairro Alto e chegam ao sumptuoso Palácio Alverca, situado numa das artérias mais movimentadas da capital, a Rua das Portas de Santo Antão.

A Associação ganhou novo folego no seu novo e esplendoroso espaço e novas perspectivas se abriram. Tornou-se o centro de difusão da cultura, passou a ter uma publicação mensal (1935), aumentou as actividades recreativas e cresceu também no apoio solidário à diáspora alentejana prestando assistência e auxílio aos mais desfavorecidos.

Em 1981, já em pleno ambiente democrático

Graças a uma mobilização associativa, a Direcção da altura conseguiu o tão ambicionado empreendimento, a aquisição do Palácio Alverca, pertença da família Paes do Amaral, dando mais um passo para se afirmar como a grande "Embaixada do Alentejo na Capital", como até hoje é designada.

Actualmente, a Casa do Alentejo continua a manter-se fiel aos princípios da sua fundação, promovendo, com orgulho a identidade da cultura alentejana a todos os que a visitam. No presente, a Casa do Alentejo pode ser considerada a mais profícua Associação Regionalista. Integrámos a Comissão que levou o Cante Alentejano à UNESCO, em 2014, sendo classificado como Património Imaterial da Humanidade. Nos nossos sábados culturais há uma programação constante: recebemos concelhos e freguesias alentejanas que fazem gosto em mostrar, na capital, o que produzem, a história e a cultura que possuem; a Direcção, anualmente, prepara homenagens a alentejanos que se distinguiram; recebemos actuações teatrais; mantemos aos domingos os tradicionais bailes que remontam à década de sessenta.

Os nossos salões são cada vez mais solicitados para lançamentos de livros, CDs, palestras sobre temas actuais, conferências e congressos. Há um calendário fixo com as datas festejadas pela nossa Casa: Dia da Mulher, o Dia 25 de Abril, o 1º de Maio, a organização do Comboio do Cante até à Ovibeja, o 10 de Junho, Aniversário da Casa, o aniversário da classificação do nosso Cante (final de Novembro), Festa da Passagem de Ano.

Possuímos uma galeria que recebe pinturas e fotografias, privilegiando os artistas e as temáticas alentejanas. Inaugurámos no 96º aniversário da nossa Casa " O Centro Interpretativo", que pretende mostrar aos visitantes, a história da nossa Colectividade, o Alentejo: a identidade do seu povo, a sua história, rotas arqueológicas, produções únicas de qualidade e suas rotas.

Mantemos vivo o nosso espírito associativo respondendo ao convite que as associações e colectividades congéneres nos endereçam.

Queremos continuar a mostrar na capital o ALENTEJO, um POVO, uma CULTURA, uma REGIÃO.

Fernanda Asseiceira
Presidente da Camara Municipal de Alcanena

Questões dirigidas à Exª Srª Drª Fernanda Asseiceira, Presidente da Camara Municipal de Alcanena.

1. Nesta fase da Covid 1.9 tem V.Ex.ª acompanhado as iniciativas de informação e resiliência da CCPCCRD junto do Movimento Associativo Popular, Governo e Autarquias?

O município, através do seu serviço de apoio ao movimento associativo do concelho, tem acompanhado com proximidade as associações do concelho de Alcanena, garantindo-lhes os apoios previstos, incentivando à realização de actividades à distância, esclarecendo e facultando-lhes todas as informações emanadas pelo Município, bem como pelo Governo, pelas Autoridades de Saúde e pela CPCCRD.

2. Quantas coletividades ou associações solicitaram apoio?

O Município de Alcanena tem um registo interno e com documentação validada de 78 associações:
– 56 estão ativas
– 22 estão sem atividade

das 56 ativas:
- Culturais - 25
- Desportivas - 18
- Sociais - 10
- Ambientais - 3

O Município de Alcanena, não teve registo de pedido de apoio devido à COVID 19 por parte de nenhuma Associação. É um facto que, o Município de Alcanena, manteve os apoios financeiros às Associações.

Ao nível de apoios financeiros enquadrados em Contratos Programa, para Associações que desenvolvem a formação como sua actividade principal, anualmente são enquadradas e avaliadas as respectivas candidaturas, estando já aprovados, assinados e a pagamento os Contratos Programa 2020:
- Contratos Programa Desportivos – 6 associações num total de 73.200€
- Contratos programa culturais – 5 associações num total de 46.000€
- Os apoios regulares e/ou pontuais, resultam da realização do seu Plano de Actividades e é analisado no final do ano conforme o seu cumprimento. Excepcionalmente e não obstante as actividades estarem comprometidas desde o passado mês de Março, o Município vai atribuir os apoios calculados na base dos concedidos em 2019:
- Apoios regulares e pontuais – 16 associações num total de 17.000€
- Ainda teremos em avaliação até final do ano as candidaturas Funcional – apoio ao funcionamento e Instal- apoio para instalações.

3. O que propõe para que possamos melhorar a parceria existente?

Ao nível da parceria que existe com a CPCCRD, proponho ir mais ao encontro das necessidades das Associações, ao nível da formação e capacitação dos dirigentes, para garante de uma maior dinâmica das associações ao nível da sua organização administrativa e contabilística.

OPINIÃO DAS NOSSAS FUNCIONÁRIAS E PRESTADORES DE SERVIÇOS À EXPERIÊNCIA DO TELETRABALHO

Anabela Lança
Gestora de Projeto, Dra.

1.

1) Como decorreu a vossa experiência de teletrabalho em casa nesta 1ª fase da Covid-19?

Nesta 1ª fase da Covid-19, a minha experiência de teletrabalho foi, e continua a ser, gratificante e muito produtiva.

Dispondo de todos os recursos tecnológicos e mobiliário necessários ao desempenho das minhas funções, levo a cabo as minhas tarefas, num ambiente arejado, com luz natural, isento de humidade/ infiltrações e limpo.

O contexto acima referido permite ainda uma maior facilidade de concentração nas tarefas, as quais fiz sempre questão de executar dentro do horário habitual de trabalho: de segunda a sexta-feira, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas.

2.

Agora, com regresso às instalações, qual as perspetivas futuras para o trabalho da CPCCRD?

Faço parte de um dos grupos de risco, por isso, aguardo indicação do médico assistente no que respeita ao meu regresso ao local de trabalho propriamente dito. Ou seja, continuo sem visibilidade sobre o momento de regresso à Confederação Portuguesa das Colectividades.

Ana Lúcia Ferreira
Técnica Administrativa do GPA Centro

1.

1) Como decorreu a vossa experiência de teletrabalho em casa nesta 1ª fase da Covid-19?

A minha experiência de teletrabalho foi muito benéfica, pois permitiu-me a mim e à minha família estarmos em casa protegidos do mundo lá fora, mas sempre a desenvolver o meu trabalho sem qualquer prejuízo, apenas foram necessárias algumas adaptações, mas essas foram para todos nós. De repente o ZOOM passou a ser a melhor ferramenta de trabalho, pois permitiu que a comunicação com todos se mantivesse e conseguimos até desenvolver algumas atividades neste formato, mantendo assim os dirigentes atualizados e informados, que é um dos nossos maiores objetivos.

2.

Agora, com regresso às instalações, qual as perspetivas futuras para o trabalho da CPCCRD?

Agora que regressamos, resta-nos continuar a desenvolver o bom trabalho que se tem vindo a fazer e continuarmos a lutar para que este tempo difícil não traga mais dissabores ao Movimento Associativo Popular.

Aproveito assim para agradecer á CPCCRD a oportunidade que nos proporcionou durante este confinamento, durante o qual estivemos também a desenvolver os nossos conhecimentos através de formações muito enriquecedoras para o nosso intelecto e para o trabalho que desenvolvemos.

Congratulo todas as minhas colegas e dirigentes da CPCCRD por toda esta adaptação e pelo bom trabalho que conseguimos desenvolver, é caso para dizer que o COVID-19 não nos conseguiu parar.

Helena Teixeira
Técnica Administrativa do GPA Norte

1.

1) Como decorreu a vossa experiência de teletrabalho em casa nesta 1ª fase da Covid-19?
A experiência de teletrabalho foi (e ainda é) muito gratificante e altamente adequada aos tempos que vivemos. Infelizmente todos nos deparamos com um contexto inesperado e que exige de todos uma capacidade de adaptação das nossas vidas em geral e do trabalho que deve continuar. No meu caso não se colocam dificuldades em conciliar a vida doméstica com a profissional.

2.

Agora, com regresso às instalações, qual as perspetivas futuras para o trabalho da CPCCRD?
O meu regresso ainda não aconteceu e o risco ainda permanece. Devemos todos manter comportamentos de distanciamento e higienização e tentar adaptar as nossas perspetivas àquilo que podemos ou não concretizar. Este exercício é especialmente desafiante no que toca à ação associativa, pelo que a CPCCRD deverá acompanhar de perto todas estas questões, tentando apoiar da melhor forma os Dirigentes Associativos. Este é, claramente, um esforço de todos os que pertencem e trabalham para e com a Confederação; o futuro é imprevisível, resta-nos fazer o melhor trabalho que pudermos, mediante as condicionantes que existem.

3.

Vosso parecer sobre a formação obtida neste período? (só para as funcionárias administrativas)
Esta foi a minha primeira experiência de formação à distância e gostei de tal forma que adivinho não ser a última! Para mim, uma das grandes vantagens é a possibilidade de seguir as matérias e efetuar os exercícios/testes nos meus próprios tempos, assim como a poupança de tempo em deslocações.
Penso ser uma formação altamente adequada ao serviço administrativo (e não só), sendo que o Excel é uma excelente ferramenta para o tratamento de dados.
Agradeço mais uma vez a quem me deu a oportunidade de crescer formativamente!

Luís Figueiredo Queijo, Dr.
Jurista

A minha colaboração com a Confederação desde há bastante tempo tem uma acentuada componente em regime de teletrabalho, em torno das questões que me são dirigidas e às respostas enviadas.
Nesta 1ª fase COVID 19 a novidade foram as três videoconferências em Maio que penso foram positivas atendendo aos temas tratados e ao número de pessoas dos vários Gabinetes que participaram.

A CPCCRD ESTREITA RELAÇÕES COM O MUNDO ACADÉMICO

Conferência COVID 19 e o Associativismo

Demos seguimento à reunião que a direção da Confederação realizou com a Universidade da Beira Interior e realizámos a primeira Conferência sobre o COVID-19 e o Associativismo no passado dia 1 de julho de 2020.
A colaboração da UBI traduziu-se na indicação do Dr. António Maio médico especializado em infeciologia que fez uma apresentação sobre os aspectos médicos ligados a esta pandemia.
O Dr. Luís Figueiredo Queijo, jurista há muito ligado as questões jurídicas da Confederação, debruçou-se sobre as questões jurídicas ligadas a este tema, principalmente às últimas resoluções do conselho de ministros.
Para além da participação destes convidados a conferência de dia 1 de julho, que se realizou por via digital orientada pelo GPA Centro, contou ainda com a sua presença de vários dirigentes associativos de várias associações e associações concelhias da região centro mas não só, que com as suas perguntas e opiniões muito enriqueceram a conferência e dela retiraram certamente muitas respostas às dúvidas pertinentes que a todos nos assolam diariamente.

Esta primeira experiência de colaboração entre a CPCCRD e a UBI teve um saldo francamente positivo, muito pelo valor dos dois conferencistas convidados, mas também pela participação dos Dirigentes Associativos. Teve continuidade numa outra conferência subordinada ao mesmo tema realizada a 22 de julho pelas 18h30.

FORMAÇÃO (PROTOCOLADA) DE SENSIBILIZAÇÃO

Isabel Graça
Vogal da Direção

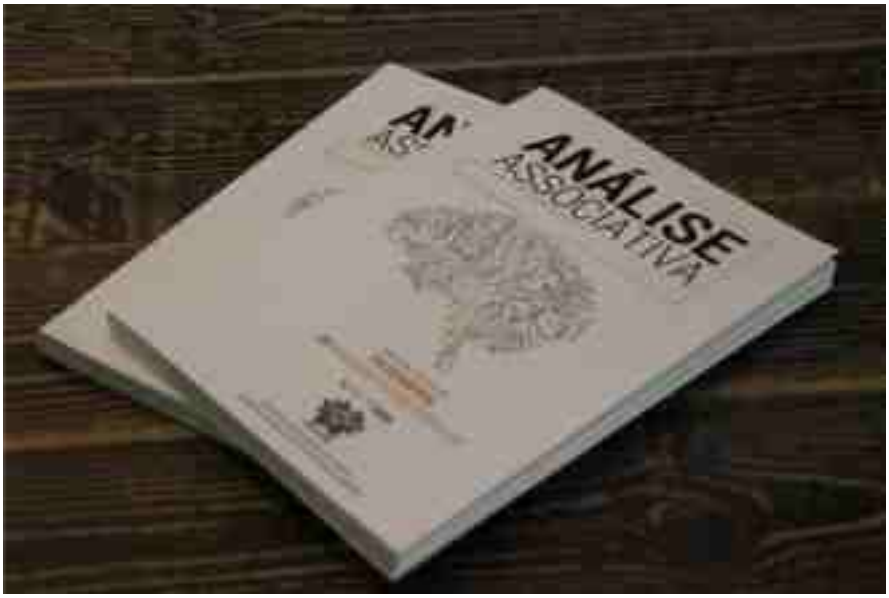
Desde os primeiros dias de Março, que as nossas atividades presenciais estão suspensas. O trabalho que vínhamos desenvolvendo com as autarquias, para renovar os protocolos e desenvolver uma ação de sensibilização associativa mais esclarecida e capacitada foi assim interrompida.
Neste momento, com o fim do Estado de Emergência, temos que retomar as nossas atividades de forma faseada e controlada.
Recordamos que os protocolos com as autarquias devem ser revistos, para corrigirmos a classificação de formação para sensibilização, pelo facto da CPCCRD não ser uma entidade certificada para dar formação. Nos novos protocolos deve constar o termo sensibilização para o qual sempre tivemos disponíveis em colaboração com as autarquias, para capacitar todos os nossos dirigentes associativos para estarem mais preparados, para cumprirem melhor a sua missão de dirigentes voluntários e benévolos.
Assim estamos prontos para retomarmos as nossas atividades presenciais de forma gradual, mantendo completa observância das recomendações da DGS.
Recordando que todas as nossas associadas são agentes mobilizadores e dinamizadores do seu meio devem com a sua autarquia e a CPCCRD levar mais longe o nosso ideal de uma sociedade mais solidária, justa e participativa.
Apresentamos alguns novos temas: Salvaguarda dos Arquivos Históricos, Comunicação e Imagem.

APRESENTAÇÃO DO N.º 7 DA REVISTA ANÁLISE ASSOCIATIVA

A nossa Confederação lançou este ano a 7.ª edição da Revista Análise Associativa.

Como habitualmente, havia que fazer a sua apresentação, mas este ano devido ao contexto atípico que vivemos decorrente da pandemia, a Direção teve que optar por outro formato.
Numa adesão às novas tecnologias, foi organizada a apresentação por vídeo-conferência, via plataforma zoom, no que denominámos de "mesa redonda".
A sessão teve lugar no passado dia 19 de maio e consideramos ter sido um sucesso.

Foram convidados a estar presentes para análise do seu conteúdo, o Dr. Sérgio Pratas, Vice-Presidente da CPCCRD e responsável pela edição da Revista, o Professor Paulo Mendes Pinto, Coordenador da área de Ciência das Religiões na Universidade Lusófona e responsável do Curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa na mesma Universidade e o Professor Artur Cristóvão, Vice-Reitor para o Planeamento e Internacionalização na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e membro do Conselho Científico da Análise Associativa.
A sessão foi moderada pela Dra. Deolinda Flor, dirigente associativa e assessora da Direção da CPCCRD e organizada pela Dra. Anabela Lança, técnica superior na CPCCRD.
Esta sétima edição é subordinada ao tema "Os Desafios do Associativismo Popular" e contou com a participação de dirigentes associativos voluntários e autores/investigadores do associativismo popular.
Às perguntas definidas previamente pelo Sérgio Pratas, foram dadas respostas muito claras e de grande contributo para a compreensão, conhecimento e desenvolvimento deste projeto que já conta com sete anos e que tem mobilizado diversos autores multidisciplinares na sua construção.
A sessão iniciou-se com a apresentação da Revista pelo Sérgio Pratas que em breves pinceladas nos traçou um esboço.
Disse-nos que é uma Revista científica que aglutina as especificidades do associativismo popular e pretende alcançar um público alvo que abarque dirigentes associativos e académicos. Nos seus conteúdos contamos com entrevistas a dirigentes e académicos, reportagens e estudos científicos que contribuam para a promoção e desenvolvimento da cultura associativa.
Mais, pretende-se a promoção e divulgação do conhecimento e da discussão com e junto dos dirigentes numa perspetiva plural e de confronto que permita a reflexão e o crescimento coletivos para o futuro.
A biblioteca Cosmos é uma das alterações efetuadas na Revista e que pretende seguir o inicialmente proposto pelo seu mentor, Bento de Jesus Caraça, aquando da criação do projeto com o mesmo nome e, que era promover a divulgação cultural e a formação das massas populares.
Como diz Sérgio Pratas, é uma Revista nova mas bem comportada.
Pediu-se ao Professor Paulo Mendes Pinto que partilhasse connosco a leitura da Revista e as suas impressões.
Para além dos rasgados elogios que teceu, confirmou a ideia de que criar uma Revista é fácil, difícil é mantê-la e chegar ao n.º 7 é sucesso e maturidade. Considera ainda que tem cumprido a sua função, o estudo e divulgação do conhecimento do associativismo, para além de conseguir



fazer o interface entre a academia e o associativismo.

Apresentou-nos um novo termo a "Associologia" e presenteou-nos com uma breve abordagem histórica que pretendeu trazer à colação a relevância do associativismo para a emergência de novos paradigmas sociais e a vitória sobre muitos desafios desde o início do século XX.

Refutou a ideia de que o associativismo era subsídio-dependente, fundamentando a sua perceção na convicção de que numa sociedade globalizada como aquela em que vivemos, não é possível a independência, mas sim a interdependência, pois todos dependemos uns dos outros para dar resposta às necessidades sociais. Assim, o associativismo faz parte da resposta institucional e organizacional da sociedade civil às necessidades de acesso à cultura, ao desporto e ao recreio dos indivíduos.

Falou-nos ainda do curso de estudos avançados para dirigentes associativos, congratulando-se pelos bons resultados alcançados e pelo excelente contributo que tem sido para a melhoria do trabalho dos dirigentes e consequentemente da oferta às populações por parte das nossas coletividades.

Em resposta à mesma questão, o Professor Artur Cristóvão concorda com a abordagem anterior e acrescenta algumas considerações relativamente aos artigos publicados, resultado do trabalho final do curso, evidenciando a diversidade de temáticas, tais como a comunicação, a liderança, a economia social, etc., dando nota da relevância destes contributos para o associativismo. Como parte destas notas, reflete sobre os contributos ao associativismo, plasmados nestes artigos e que são, só para mencionar alguns, a democracia participativa, o enriquecimento intelectual e cívico, a capacidade de agrupar pessoas com objetivos comuns em prol de alcançar um bem maior para a comunidade, a resolução de problemas, a criação de valor social e o contributo para o desenvolvimento económico e territorial, para a coesão social e para a mudança social efetiva.

No seguimento da nota de abertura do Augusto Flor, que menciona a existência de uma base teórica ou filosofia para o associativismo, reconhece já existir uma, que comporta uma ideologia, objetivos, um conjunto de valores e métodos e técnicas próprios, logo não existir necessidade de criar algo mais. Mas, acrescenta ainda, que na pluralidade de respostas dos coletivos, é possível perceber que essa base teórica tem sabido crescer e promover o enriquecimento do associativismo de forma constante e permanente e com efeitos visíveis e que é transversal às ciências sociais, que passam pela ciência política, pela antropologia, pela psicologia, pela história etc.

Para uma abordagem do futuro, considera três notas.

- A criação de um sub-título que vincule inequivocamente a Revista ao associativismo popular.
- Partindo da Revista, estimular a produção de teses e dissertações sobre o associativismo e reservar um espaço para que esses autores fossem chamados a publicar artigos na mesma.
- Promover a internacionalização da Revista por forma a dar visibilidade a outras realidades do associativismo e alargar o conselho científico a outros membros do mundo lusófono e não só.

A apresentação terminou com uma intervenção do Sérgio Pratas, que agradeceu as intervenções dos convidados e sublinhou que a produção e criação de conhecimento, enquanto objetivo da Revista, não descurava um princípio fundamental que fazia parte da forma de estar da CPCCRD e que era, o querer conhecer para transformar de forma coletiva.

Acrescentou que a Confederação tem uma visão que assenta na ideia de que o associativismo não serve para amortecer problemas, mas sim para contribuir para a transformação da sociedade de forma a que ela se torne mais justa.

É este o posicionamento editorial e ideológico que está na base e na génese da nossa Revista.

Parabéns a todos os intervenientes, autores, equipa e à Confederação pela dinamização e continuidade deste excelente projeto.

Deolinda Nunes
Assessora da Direção

COMEMORAMOS O 5.º ANIVERSÁRIO

VENHAM MAIS CINCO!

CONSELHO NACIONAL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

O tempo voa!

Passaram 5 anos que realizámos o nosso Congresso Nacional de Colectividades, Associações e Clubes. Durante 10 meses promovemos reuniões, debates, visitas, preparámos documentos e aprendemos a trabalhar e refletir com uma composição que nunca tinha sido experimentada.

Cada um de nós deu o seu melhor, individual e coletivamente. Envolvemos dezenas de Dirigentes de cada instituição e mobilizámos centenas de Dirigentes de todos os setores do Associativismo.

Consolidámos o diagnóstico como nunca tinha sido feito e apresentámos propostas estratégicas para um largo período de tempo. Foi uma experiência que todos guardaremos até ao último dia das nossas vidas.

Encerrámos este importante e profundo trabalho no dia 7 Novembro de 2015 onde reunimos mais de 600 Delegados de todo o país e todas as formas de associativismo e de voluntariado.

Entretanto constituímos e apresentámos publicamente o CNAP. Demos-lhe vida ao mantermos um funcionamento regular bimestral. Tomámos posições conjuntas e reunimos com entidades públicas como Ministério da Cultura e Grupos Parlamentares da AR. Criámos um Boletim Informativo anual que reflete o essencial de cada entidade.

Aqui chegados, importa fazer o balanço e apontar os passos seguintes. Por isso, já em tempo de pandemia, realizámos uma videoconferência com 25 participantes e está em preparação uma iniciativa a realizar dia 7 Novembro 2020 para comemorar e relançar este grande projeto associativo nacional.

Bem-haja a todos (as) quantos (as) se dedicaram e contribuíram para esta plataforma informal que tem muito para dar ao Movimento Associativo Popular e ao Voluntariado português.

Viva o Associativismo!
Viva o Voluntariado!

Augusto Flor, Dr.
Presidente da Direcção da CPCCRD

CONSELHO NACIONAL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

O CONSELHO NACIONAL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR é hoje uma realidade e um olhar atento sobre as dificuldades e os anseios, com que as Colectividades (a maior rede de participação cívica de Portugal) face da Pandemia Covid-19 viram-se obrigadas a cancelar as suas actividades e a encerrar as suas instalações, ficando privadas do seu sustento e marginalizadas no recurso aos apoios do Estado.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto juntamente com as várias famílias do Movimento Associativo Popular, enquanto verdadeiras promotoras de desenvolvimento e progresso do país, reunidas a 29 de Abril de 2020, partilharam as suas experiências, preocupações e démarches efectuadas, durante os últimos meses, procurando e identificando respostas para problemas comuns, obtendo melhor acolhimento junto dos poderes instituídos, que teimam em não assumir as suas obrigações.

Ao Estado cabe a responsabilidade de viabilizar a continuidade do Movimento Associativo, como forças vivas da nossa sociedade e contribuintes para a saúde social das nossas comunidades, porque o associativismo é insubstituível na sociedade portuguesa.

A CPCCRD teve um papel extremamente positivo e fundamental no combate à Covid-19, pois desde as primeiras horas e antes da declaração do Estado de Emergência, encerrou mais de 90% das suas sedes sociais, anulando mais de 120.000 actividades

Passados mais de 3 meses e embora as nossas Associações se tenham vindo a preparar para gradualmente retomar as suas actividades associativas, culturais, recreativas e desportivas com condições especificas e adaptadas com base no que acontece com outros setores, pese embora tenha solicito à DGS que esta, estabelecesse regras próprias para o associativismo e que até à presente data não houve qualquer resposta.

As perdas de receita foram brutais e estimadas em cerca de 395 milhões de euros, mas o apoio às associações para a retoma das actividades estão longe das necessidades sendo de especial enfoque as actividades culturais onde as medidas criadas não contemplam as Banda Filarmónicas, Orquestras, Coros, Orfeões, e muitos outros Grupos e Formações Musicais, também eles artistas, que precisam de sobreviver não sendo possível pensar e criar sem condições de dignidade e reconhecidos como verdadeiros agentes culturais, que incentivam, implementam e asseguraram o acesso de todos os cidadãos à fruição e a criação cultural, substituindo claramente o Estado nas suas obrigações e responsabilidades.

Fica um apelo para que todas as Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, instituições necessárias a todo o território português e que não devem ficar esquecidas, se juntem à CPCCRD e ao Movimento Associativo Popular para juntos exigir os apoios financeiros do Estado à criação e à programação artísticas, porque o nosso trabalho não é de agora mas, desde sempre temos garantido uma oferta diversificada, com qualidade, dirigido a públicos plurais, distribuída geograficamente por todo o país, estimulando a população de todas as idades, mostrando que o associativismo tal como a arte transmite conhecimento e ajuda no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade em geral.

Rogério Almeida
Vice-Presidente da CPCCRD

:: A PALAVRA AOS CONSELHEIROS NACIONAIS

Elo Associativo dedica esta página aos Conselheiros Nacionais, para que se identifiquem com as associações que representam e possam dar opinião sobre a importância da Confederação Portuguesa das Colectividades no Movimento Associativo Popular.

Responde a **Conselheira Nacional Maria Conceição T. Brazão**

Clube Recreativo Delgadense
Delgada, Bombarral

PERGUNTA	RESPOSTA
1 Qual a associação porque foi eleita? Onde se situa?	Clube Recreativo Delgadense (CRD) situado na Delgada, freguesia da Roliça, concelho do Bombarral e distrito de Leiria.
2 Quantos sócios tem e quais as principais atividades?	O CRD tem 365 sócios/as e desenvolve essencialmente atividades de âmbito cultural e recreativo, nomeadamente almoços, convívios, concertos e festas tradicionais. Um Grupo de Teatro Amador "Os Lendários" que têm atualmente 20 atores/atrizes, 15 dos/as quais crianças.
3 Como vê nos próximos tempos a evolução da Associação pós COVID-19?	Considero que a evolução da associação será positiva, uma vez que a atual direção é composta essencialmente por jovens que se mostram disponíveis para continuar a assumir funções e a promover a participação de outros/as jovens no associativismo tentando evitar o encerramento da associação por falta de elementos para a direção. Nos próximos tempos a direção prevê continuar a melhorar as infraestruturas. Seria importante alargar o campo de atuação da associação com mais atividades culturais e desportivas.
4 Qual a disponibilidade para desempenhar o cargo de Conselheira Nacional?	Tenho total disponibilidade para desempenhar o cargo de Conselheira Nacional e, comprometo-me a continuar a desenvolver o trabalho que tenho vindo a desenvolver especialmente junto das associações do concelho. Gostaria de dar mais à Confederação embora sinta que para isso seja fundamental um maior apoio e acompanhamento da CPCCRD
5 Como vê a importância da CPCCRD no Movimento Associativo Popular pós COVID-19?	A CPCCRD desenvolve um papel de extrema importância no contacto com as associações, na defesa dos seus direitos e na formação e consciencialização dos seus/suas dirigentes. Sinto que falta um contacto de maior proximidade com as associações mais pequenas e de um meio mais rural, cuja a realidade é bastante diferente das associações dos grandes centros urbanos. Neste contexto pandémico será fundamental que as coletividades possam regressar em segurança ao ativo. A nossa atividade é de proximidade e muitas vezes somos os agentes responsáveis pela cultura, arte, desporto a nível local, e não podemos privar as pessoas destes direitos fundamentais. Com as devidas restrições devemos começar a nossa atividade. O encerramento das coletividades trará inúmeros desafios ao nível financeiro por exemplo, mas também ao nível da sua continuidade, poderá ser difícil encontrar dirigentes para iniciar mandato neste momento. Era importante que o Governo considerasse a possibilidade de apoiar as coletividades e criar regras com o apoio da DGS para o nosso funcionamento. A confederação deve procurar ir ao terreno e apoiar os seus/suas dirigentes.

:: A PALAVRA AOS CONSELHEIROS NACIONAIS

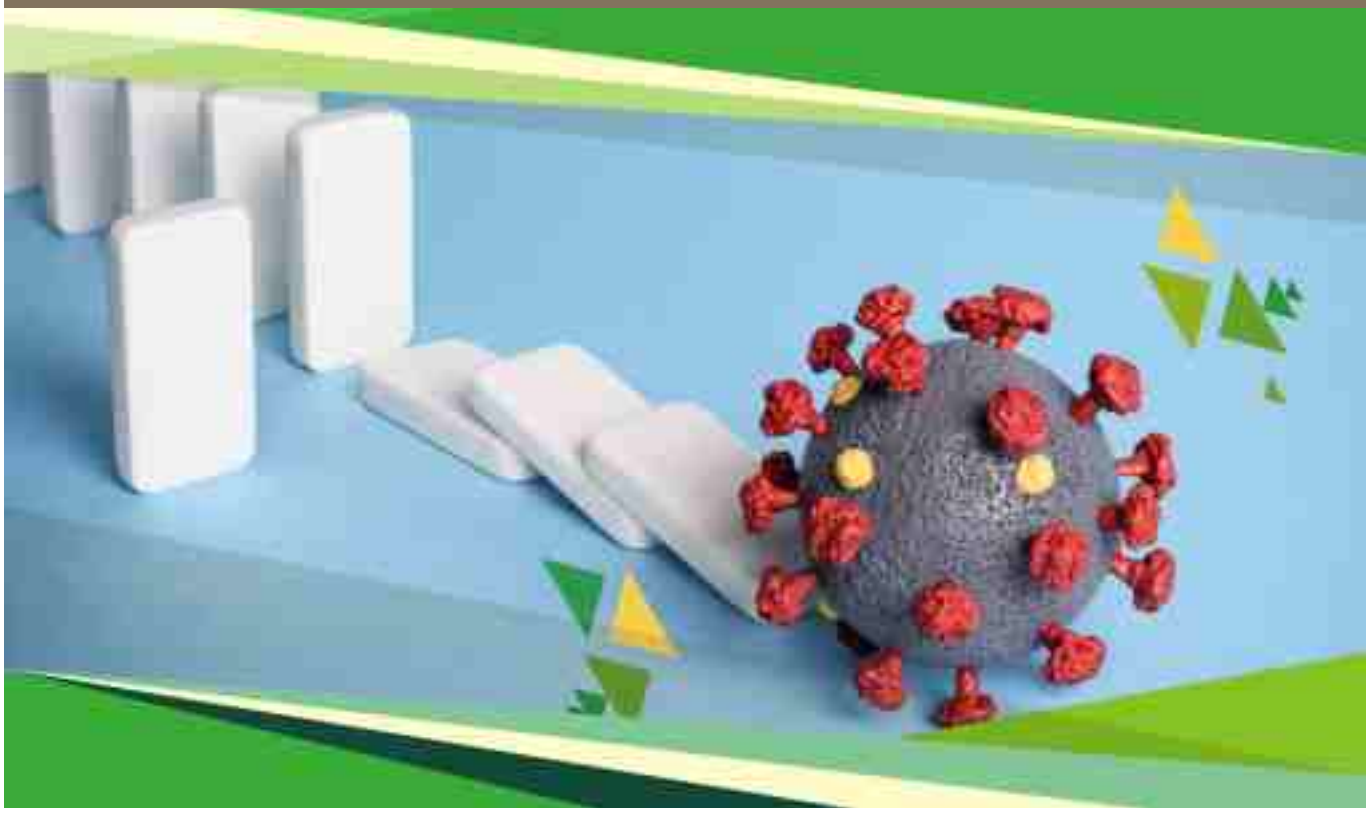
Elo Associativo dedica esta página aos Conselheiros Nacionais, para que se identifiquem com as associações que representam e possam dar opinião sobre a importância da Confederação Portuguesa das Colectividades no Movimento Associativo Popular.

Responde a **Conselheira Nacional Conceição Bruno**

Presidente da PT Connections - de Grantham, Reino Unido, em Grantham, Condado de Linconshire

PERGUNTA	RESPOSTA
1 A associação pela qual foi eleita Conselheira Nacional, quantos associados representa e quais as principais atividades.	260 associados inscritos, mas representamos e apoiamos toda a Midlands com uma realidade de mais de 4.000 portugueses com uma quantidade significativa de origem Indiana. As actividades que fazemos actualmente são mais intensas no apoio social, com serviços de proximidade com as autoridades locais, preenchimento de aplicações para o seu estatuto de residência permanente, servir de ponte para actualização de seus documentos e esclarecimentos sobre as normas e regras do País de acolhimento.
2 Perante as recentes mudanças, quer políticas quer provocadas pela Covid-19, que dificuldades cívicas a comunidade portuguesa está neste momento a passar?	Neste momento vive-se um clima de insegurança, as dificuldades são imensas os consulados não prestam os apoios necessários à comunidade, as autoridades locais vão colaborando connosco, mas sem muito envolvimento, existe muito mais casos de xenofobia e racismo.
3 Que apoios têm sido dados, quer pelas autoridades britânicas quer pela representação diplomática portuguesa?	As autoridades britânicas estão a prestar apoios financeiros a todos os cidadãos residentes no UK o que por si só não é suficiente já que o desemprego subiu em flecha. Quando à representação diplomática portuguesa nós em Midlands não sabemos nada deles não há comunicações existem linhas de apoio que não funcionam ou somos atendidos por alguém que nada sabe responder e nos faz andar em círculos sem resposta concreta.
4 Como vê a importância do seu lugar de Conselheira Nacional e, por vosso intermédio, a presença da Confederação junto dessa comunidade?	Muito sinceramente não vejo muita diferença do que já fazia anteriormente tento ao máximo divulgar a interação e a integração da nossa comunidade junto das autoridades locais, vamos divulgando a nossa cultura aos locais e à nossa jovem geração para que possam ter alguma identidade com as suas raízes. Acho que a presença da confederação num outro contexto deverá ser mais activa por cá para que a comunidade possa dar mais credibilidade.

:: **A PALAVRA** AOS CONSELHEIROS NACIONAIS



EFEITOS COVID-19!

O País está perante um dos piores inimigos da sua história, inimigo invisível mas que está instalado em todo lado (COVID-19).

O Movimento Associativo Popular assente nos seus clubes ou coletividades, logo que houve conhecimento da chegada do mesmo e ainda antes das diretrizes do Governo ou da Direção Geral de Saúde (DGS), encerrou suas portas.

Assim se mantêm até hoje dado que especificamente nunca saiu algo referido às mesmas "estamos no grupo dos singulares e afins"!

Para lá de um grande vazio e tristeza quando se olha e vemos de portas encerradas coletividades muitas delas centenárias, lugares de puro convívio, lazer, diversão que já fazem parte do "ADN" de muitos de nós e que têm passado de geração em geração.

A cidade de Lisboa no mês de junho, foi uma cidade cinzenta, com falta do colorido e do cheiro característico da sardinha, encanto dos lisboetas bem como dos milhares de turistas que todos os anos nos visitavam.

Mais de vinte Marchas Populares, saídas de outras tantas Coletividades deixaram de descer a "Avenida", trazendo o colorido e animação, bem como os tradicionais e também apreciados casamentos de Santo António, mais de meia centena de Arraiais dos bairros típicos da cidade deixaram de se poder realizar.

Estamos a falar da parte positiva que as Coletividades e a cidade de Lisboa nos poderiam ter dado caso não estivéssemos perante esta pandemia.

Mas para além do que atrás referi existe a falta da parte, social, cultural, recreativa e desportiva, a juntar aos custos financeiros trazidos com; renda, água, luz IMI, etc.

Estamos de portas fechadas, salas vazias, com comemorações virtuais, mas com a convicção que havemos de combater o inimigo e, quem sabe, após esta experiencia não digo que saiamos mais fortes, mas podemos sair mais unidos.

Não vou dizer que tudo vai ficar bem!

Albano Ginja
Conselheiro Nacional

TOPONÍMIA GINÁSIO CLUBE DA COVILHÃ

APELO

Apelamos que nos façam chegar imagens e textos sobre estas matérias ou outras que valorizam o património cultural do Movimento Associativo Popular.

DIREITOS E DEVERES ESTATUTÁRIOS

QUOTA 2020 A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes.

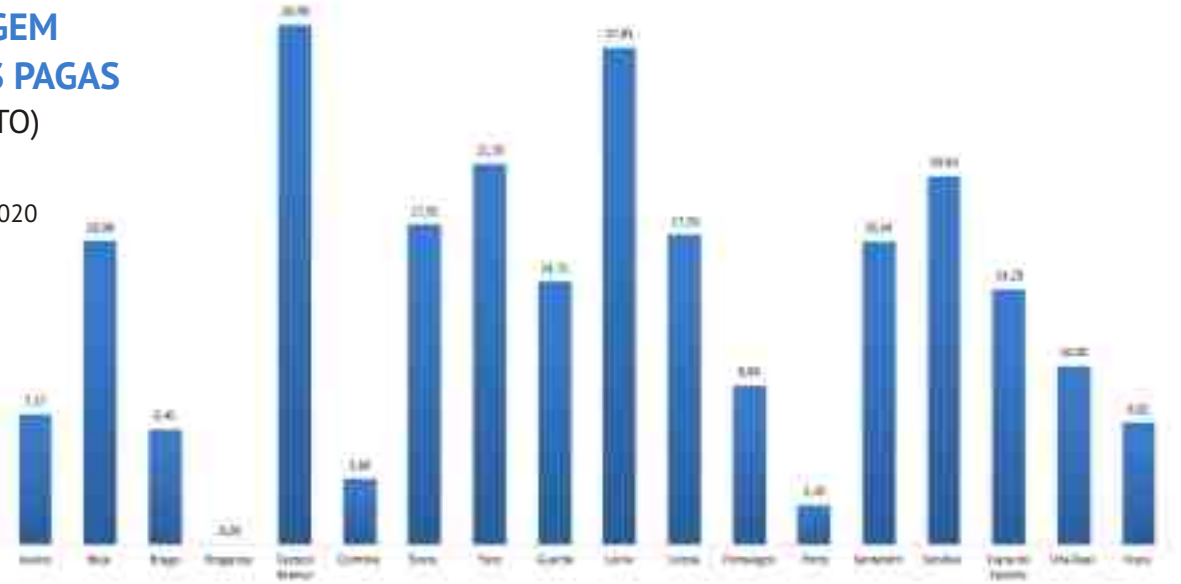
Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal ou transferência bancária via Montepio Geral:

- Transferência bancária via Montepio Geral
  IBAN-PT50003601859910000106379

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do nº da mesma para o email geral@cpccrd.pt .

PERCENTAGEM DE QUOTAS PAGAS
(POR DISTRITO)

30 de junho de 2020



/// NOVAS FILIADAS APROVADAS

N.º	NOME	LOCAL
4098	MOTOCLUBE DA COVILHÃ - LOBOS DA NEVE	COVILHÃ
4099	CENTRO POPULAR DE CULTURA E RECREIO DO CASALINHO	ALPIARÇA
4100	ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM	ALMEIRIM
4101	ASSOCIAÇÃO MUSICAL BFS BANDA FILARMONICA DE SEBOLIDO	PENAFIEL
4102	ASSOCIAÇÃO ARTE DOS SONS CORAL NOTAS LIVRES - AASCNL	VENDAS NOVAS
4103	PRAXISSOCIATIVA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL	ALMADA
4104	FILARMÓNICA RECREATIVA CORTENSE	COVILHÃ
4105	CLUBE NAVAL POVOENSE	POVOA DE VARZIM
4106	ARTMATRIZ ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	VIANA DO CASTELO
4107	CENTRO ASSOCIATIVO DOS MORADORES BLOCOS RESIDENCIAIS DA PRELADA	PORTO
4108	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E RECREATIVA DO REBOCHO	CORUCHE
4109	RANCHO FOLCLÓRICO OS CAMPINOS DE VILA CHÃ DE OURIQUE	CARTAXO
4110	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE BENAVENTE	BENAVENTE
4111	MOTO CLUBE DE SETÚBAL	SETÚBAL
4112	JUVENTUDE DA CASTANHEIRA	VILA FRANCA DE XIRA
4113	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SUBBUTEO	LISBOA
4114	CENTRO CULTURAL E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	SETÚBAL
4115	BEIRA SERRA - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO	COVILHÃ

FOLHA INFORMATIVA: Propriedade CPCCRD - Rua da Palma, 248 · 1100-394 Lisboa
Tel: 218 882 619 · 916 841 315 | Fax: 218 882 866
• e-mail: geral@cpccrd.pt • www.facebook.com/confederacao.colectividades • www.confederacaoportuguesacolectividades.blogspot.com •
www.cpccrd.pt

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.